

COMUNICADO AO PAÍS

(aprovado em Reunião Nacional dos Dirigentes do Movimento Associativo dos Estudantes Portugueses - 8/6/69)



A luta dos estudantes Portugueses encontra neste momento, na firmeza da luta de milhares de estudantes de Coimbra, uma das suas expressões mais elevadas.

A Universidade Portuguesa, há muito divorciada do seu País e dos seus estudantes, é o sustentáculo duma cultura morta que lhe não permite desempenhar um papel dinamizador no desenvolvimento social e económico da Nação.

Assiste boquiaberto ao progresso vertiginoso das ciências e às transformações sociais, enquanto se mantém na recusa permanente em escolher uma cultura viva e actual.

Não forma homens nem cidadãos, e os técnicos são meros indivíduos possuidores dum diploma que testemunha a mediocridade de alguns conhecimentos ultrapassados e insipientes.

Demitida, afinal, de fornecer um completo apetrechamento técnico-profissional, de fornecer uma formação cultural ao serviço duma verdadeira compreensão da realidade, demitida da prática de uma investigação científica significativa, a Universidade Portuguesa recusou para ela os melhores estudantes em benefício dum critério selectivo de tipo económico que se traduz na admissão dos estudantes oriundos de grupos sociais economicamente favorecidos. Recusou também na base de um critério selectivo político os que poderiam ser os seus melhores professores.

Não é uma Universidade para todos os portugueses, mas para alguns poucos portugueses. "E assim afunda o País, enquanto se afunda a si própria".

E esta escola, espelho duma certa sociedade que os estudantes portugueses vêm contestando.

Querem, em lugar de uma Universidade repressiva, uma Universidade livre ao serviço do Povo Português. Querem-na os estudantes e os professores.

No dia 17 de Abril, no acto inaugural do edifício da Secção de Matemáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, foi impedido de usar a palavra o Presidente da Associação Académica de Coimbra.

Queriam os estudantes, parte integrante e razão de ser primordial da Universidade, participar, pois, num momento da sua vida, porque entendem que a Escola não pode mais ignorá-los, como não pode ignorar a maioria dos seus mestres.

"Aqui se põe o problema da participação estudantil no governo da Universidade. Não faz sentido que a maioria do corpo universitário - o dos estudantes - esteja alheada das decisões, exposto à simples posição passiva de esperar pelas vontades minoritárias que se lhe impõem!"

O Governo e os seus lacaios, as autoridades académicas, não se quedaram pela recusa obstinada e ilegítima do diálogo, e no dia 22 de Abril suspenderam arbitrariamente oito dirigentes estudantis.

A arbitrariedade e à injustiça responderam os estudantes de Coimbra com a força da sua unidade e numa atitude firme de protesto decretaram luto académico durante as aulas.

A partir daí a Universidade de Coimbra viu os seus estudantes, e a maioria dos seus professores empenhados decisivamente na luta pela autonomia universitária e exigindo como condições mínimas de normalização e levantamento das suspensões e processos disciplinares e a relevação das faltas do período do luto académico.

O amplo apoio dos estudantes, expresso em Assembleias de mais de 5000, a sua

coragem e a sua unidade conduziram o seu movimento a retumbantes vitórias:

- não alargamento da repressão que estava anunciada;
- participação dos estudantes através dos seus órgãos representativos, nos Conselhos da Faculdade;
- apoio de 151 dos 230 professores à causa estudantil;
- e a Assembleia Magna da Academia de Coimbra em que mais de 5000 estudantes decretaram, em 28 de Maio, a abstenção a exames, passo por demais gigantesco nas formas de luta que o movimento estudantil até hoje assumiu.

Nestes cinco primeiros dias do mês de Junho, 97% dos estudantes de Coimbra mantiveram-se solidários e não compareceram aos exames. O cumprimento do decidido na Assembleia Magna é o único caminho que conduzirá os estudantes à vitória nas suas reivindicações.

No combate ao obscurantismo oficial do nosso ensino, no combate ao autoritarismo repressivo do Governo, os estudantes de Coimbra, empenhados numa recusa dum Universidade-polícia, dos métodos inquisitoriais, recusam-se sobretudo a consentir que a instituição, encarregada por excelência da transmissão da cultura universal, constitua no domínio dos factos, a arma policialesca e militarizada de um Governo teimosamente disposto em não fazer distinção entre os seus aquartelamentos de G.N.R., as masmorras da P.I.D.E. e a Escola Nacional. A Universidade Humanista pela qual se batem neste momento milhares de estudantes, quando vier um dia abrir as suas portas aos "filhos dos homens que nunca foram meninos" virá também então a abrir as suas portas ao verdadeiro povo português.

Por isso, ao mesmo tempo que desbravam o caminho libertador de uma juventude inteira, os estudantes rasgam a grandes passos a construção de um Portugal novo, onde a democratização da cultura e do ensino deixem de ser relíquias de compêndio e passem a constituir realidades palpáveis de todos os portugueses!

A verdadeira democratização do ensino que os estudantes reclamam só encontrará adequação própria na democratização autêntica das estruturas da sociedade portuguesa.

Mais uma vez, a intensificação da luta estudantil levou o Governo a revelar o carácter demagógico das suas promessas de reforma e a descobrir a sua verdadeira face.

Tal como acontecera no primeiro período em Lisboa, o Governo desprezou completamente as justas aspirações manifestadas pelas massas estudantis e lançou mão de todos os recursos repressivos para asfixiar o movimento associativo. Durante o segundo período, foram os estudantes do Porto que a polícia tentou impedir de exercer um dos seus direitos mais elementares - o direito de reunião. Cabe agora aos estudantes de Coimbra enfrentar, por sua vez, a repressão governamental.

Mandando prender, arbitrariamente, pela P.I.D.E., o Presidente da AAC, suspendendo os dirigentes democraticamente eleitos pelos estudantes e instaurando-lhes processos criminais, agitando o espantinho das ofensas ao Chefe do Estado, recusando-se a autorizar a diligência dos professores junto do Presidente da República, impedindo os estudantes de se servirem dos órgãos de informação e deturpando grosseiramente os acontecimentos, através da comunicação ao País do Ministério da Educação Nacional - as autoridades tudo fizeram para conter o movimento dos estudantes de Coimbra.

A unidade e a firmeza dos estudantes frustraram, por completo, as intenções governamentais. Mas, em vez de satisfazer as reivindicações estudantis, o Governo preferiu acentuar a sua escalada repressiva e encerrou a Universidade de Coimbra no dia 6 de Maio.

Depois de ter sido declarada a abstenção a exames, calcando a autonomia da Universidade, humilhando os estudantes e professores, o Governo cercou os edifícios universitários com uma poderosa rede policial (Polícia de choque, G.N.R. e P.I.D.E.), ocupando militarmente a cidade de Coimbra.

Alguns grupos de estudantes foram vítimas de violentas cargas policiais de que resultaram vários feridos. A polícia efectuou numerosas prisões, cuja arbitrariedade os próprios tribunais foram obrigados a admitir. Mas tendo os juizes reconhecido que de nenhum crime podiam inculpar esses estudantes, o Ministério Público não se deu por vencido e interpôs recurso das decisões judiciais.

Entretanto, era a vez do Tribunal Plenário do Porto oferecer o seu concurso à repressão que se abatia sobre os estudantes de Coimbra, enviando um mandato de captura ao Presidente da Associação Académica de Coimbra. Este acto indignou profundamente os estudantes e professores: 3 membros do corpo docente, os Professores Teixeira Ribeiro, Duarte Santos e Orlando de Carvalho imediatamente se ofereceram como fiadores, para evitar a sua prisão.

Também em Lisboa a repressão se fez sentir.

Na sequência de uma reunião de apoio ao movimento de Coimbra, cujos objectivos, aliás, as autoridades deformaram perante a opinião pública, foram presos alguns estudantes, encontrando-se muitos outros a braços com processos disciplinares.

Mas a repressão governamental utilizou outras formas mais subtis, à sombra de uma legislação circum-escolar anti-democrática e sempre combatida pelos estudantes. É assim que acaba de ser recusada a homologação dos corpos gerentes democraticamente eleitos do CITAC (Centro de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra), do Coro Misto da Universidade de Coimbra, e da Associação Académica do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, em Lisboa, onde se tinham verificado já, por parte das autoridades, tentativas de violação da autonomia associativa - assim se repetindo o que há meses acontecera com a Direcção da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

3

Em Lisboa, no Porto e agora tão especialmente em Coimbra - a repressão tem o mesmo significado.

Ela procura impedir a luta reivindicativa dos estudantes, desmoralizá-los dividindo-os, intimidá-los, privá-los dos seus dirigentes, despedaçar as suas estruturas representativas. Assim tenta o Governo combater as exigências estudantis de uma Universidade aberta aos filhos de todos os portugueses, democraticamente gerida por professores e estudantes, isenta de todas as pressões exteriores e verdadeiramente posta ao serviço do Povo Português.

Para evitar que se desenvolva a luta estudantil por esses objectivos, o Governo viola constantemente as liberdades de expressão, de reunião e de associação, e amarra as estruturas representativas dos estudantes a uma legislação iníqua que lhe permite afastar direcções eleitas pela vontade estudantil.

Lutando os estudantes por um objectivo, que é também do povo português, a possibilidade de acesso à Universidade de todas as camadas da população, de uma reforma geral do ensino de acordo com os interesses populares, o Governo procura em última instância contrariar essas aspirações.

A sua política assume, assim, um carácter não apenas anti-associativo, anti-estudantil e anti-democrático, mas também claramente lesivo dos mais autênticos interesses nacionais.

Face a esta política governamental, uma posição se impõe: a compreensão do preciso significado da solidariedade e da unidade.

- Solidariedade para com os estudantes de Coimbra no momento culminante da sua luta.

- Unidade nas reivindicações que congregam as aspirações comuns dos estudantes portugueses.

A realização desta Reunião Nacional de dirigentes apresentou-se como um passo necessário no sentido de conferir às reivindicações estudantis a sua verdadeira dimensão nacional.

Ela veio revelar a necessidade e a importância da futura União Nacional dos Estudantes Portugueses, pois só pela procura e recolha colectiva das formas de apoio à luta de Coimbra agora decididas se poderá fornecer continuidade aos esforços de organização à escala do País, de que a Comissão Nacional dos Estudantes Portugueses, eleita em Plenários e Assembleias Magnas das Academias de Lisboa, Coimbra e Porto, foi o primeiro passo.

A luta dos Estudantes de Coimbra é a luta de todos os estudantes de Portugal é a luta das mais amplas camadas da população por uma completa democratização e reforma do ensino no nosso País.

Solidariedade aos estudantes de Coimbra em luta!

Solidariedade aos corpos gerentes não homologados - CITAC. CORO MISTO, AAISCSPU!

Pela unidade de todos os estudantes portugueses!

LE-PASSA-DIVULGA